



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO  
25ª Câmara

**Registro: 2015.0000872064**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0000799-65.2011.8.26.0161, da Comarca de Diadema, em que são apelantes CARLOS ALBERTO FERREIRA JARDIM (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) e FLORENCIO BARBOSA NETO (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA), é apelado LAILSON FRANCISCO MENDES DA SILVA.

**ACORDAM**, em 25ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "deram parcial provimento aos recursos, nos termos que constarão do acórdão. v.u.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores HUGO CREPALDI (Presidente), CLAUDIO HAMILTON E EDGARD ROSA.

São Paulo, 19 de novembro de 2015.

**Hugo Crepaldi**  
**RELATOR**  
Assinatura Eletrônica



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO  
25ª Câmara

Apelação Cível nº 0000799-65.2011.8.26.0161  
Comarca: Diadema  
Apelante: Carlos Alberto Ferreira Jardim  
Apelante: Florencio Barbosa Neto  
Apelado: Lailson Francisco Mendes da Silva  
Voto nº 13.414

***APELAÇÃO – AÇÃO INDENIZATÓRIA – DANOS MORAIS E MATERIAIS – ACIDENTE DE TRÂNSITO – PRESCRIÇÃO – Art. 206, §3º, V, do CC – Afastada – Inquérito policial arquivado – Inaplicabilidade do artigo 200 do CC – Suspensão do prazo para ajuizamento da ação, contudo, durante o período de recesso forense (Provimento nº 1.834/2010) – ATROPELAMENTO DE CICLISTA – Demonstrada a culpa do corréu condutor, elemento fundamental para a caracterização de responsabilidade civil extracontratual por acidente de veículo – Ciclista, todavia, que trafegava pelo acostamento de rodovia no sentido contrário ao regulamentado para a via (art. 58 do CTB) – CULPA CONCORRENTE – Conduta da vítima que contribuiu para o resultado danoso do acidente – ENGARGOS LEGAIS – CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA – DIES “A QUO” – Matéria de ordem pública – Alteração de ofício – Recursos parcialmente providos.***

Vistos.

Trata-se de Apelações interpostas por **CARLOS ALBERTO FERREIRA JARDIM** e **FLORENCIO BARBOSA NETO**, nos autos da ação indenizatória que lhes move **LAILSON FRANCISCO MENDES DA SILVA**, objetivando a reforma da sentença (fls. 244/247) proferida pelo MM. Juiz de Direito Dr. Andre Pasquale Rocco

Scavone, que julgou procedente o pedido para condenar solidariamente os réus ao pagamento de R\$ 260.640,00 a título de danos materiais e R\$100.000,00 a título de danos morais (fls. 246, *in fine*), devendo ainda arcar com as custas, despesas processuais e os honorários advocatícios sucumbenciais que fixou em 10% do valor atualizado da condenação.

Apela o corréu **CARLOS ALBERTO** (fls. 263/280), sustentando, preliminarmente, operada a prescrição nos termos do artigo 206, §3º, do Código Civil, e, ainda, cerceamento de seu direito de defesa; no mérito, alega culpa exclusiva da vítima, pugnando pelo reconhecimento da total improcedência do pleito exordial.

O corréu **FLORENCIO** (fls. 281/285), por sua vez, sustenta em seu apelo, além de cerceamento de defesa, ilegitimidade passiva, em sede de preliminar, e a necessidade de reforma da decisão impugnada por alegado “*error in iudicando*”, encerando injustiça na aplicação do direito, pugnando pela redução do “*quantum*” indenizatório fixado pelo MM. Julgador “*a quo*”.

Recebido os apelos no duplo efeito (fls. 286), houve contrarrazões (fls. 288/300, 301/310).

### **É o relatório.**

Cuida-se de acidente de trânsito cuja dinâmica, incontroversa, consistiu no atropelamento do autor, que seguia com sua bicicleta pelo acostamento de via de trânsito rápido (mesma direção e sentido contrário), pelo réu **CARLOS ALBERTO**, que conduzia veículo automotor de propriedade do corréu **FLORENCIO**, e, segundo consta, teria perdido o controle da direção após ser “fechado”, vindo a colher a vítima,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO  
25ª Câmara

que sofreu lesões gravíssimas ("Boletim de Ocorrência" - fls. 21/27 e 45/47 vº).

A matéria devolvida para análise desta Corte cinge-se, pois, ao exame das preliminares suscitadas, análise da culpa na causação do acidente e eventual redimensionamento do montante fixado a título de indenização em Primeiro Grau.

O recurso comporta parcial provimento, reconhecendo-se a culpa concorrente da vítima no agravamento dos resultados danosos do acidente.

Cumpré, não obstante, afastar todas as demais alegações submetidas à apreciação, a começar pelas preliminares e, especificamente, pela de prescrição.

Com efeito, o acidente se deu em 30 de dezembro de 2007 (fls. 21) e o ajuizamento da demanda ocorreu em 14 de janeiro de 2011 (fls. 02), a princípio, configurando-se a hipótese descrita pelo artigo 206, §3º, inciso V, do Código Civil ("*... Prescreve em três anos a pretensão de reparação civil...*").

No que tange ao fluxo prescricional, todavia, em que pese não restar configurada a hipótese do artigo 200 do Código Civil neste caso (fls. 55/56), tendo em vista a suspensão dos prazos pela superveniência do recesso forense entre 20 de dezembro de 2010 e 07 de janeiro de 2011 (Provimento nº 1.834/2010 do Conselho Superior da Magistratura), não há falar prescrição, uma vez que seu termo final seria o dia 17 de janeiro de 2014.

Em segundo lugar, quanto ao cerceamento de defesa, o ordenamento processual brasileiro adotou a teoria do livre convencimento motivado ou persuasão racional do juiz no tocante a análise das provas, não havendo, pois, provas com valores pré-estabelecidos, o que dá ao magistrado ampla liberdade para a análise dos elementos de convicção trazidos aos autos pelas partes.

Nesse sentido, a doutrina assevera que:

*“O livre convencimento, como prerrogativa do juiz na apreciação dos fatos e de sua prova, é mais precisamente, por força do que a Constituição e a lei lhe impõem, um convencimento racional e motivado à luz dos autos. Essa é a interpretação do art. 131 do Código de Processo Civil, que institui o livre convencimento segundo os autos em associação com o dispositivo constitucional que exige a motivação das decisões judiciais” (DINAMARCO, Cândido Rangel, “Instituições do Direito Processual Civil”, vol. III, 6ª Edição, Malheiros, São Paulo).*

Igualmente, nos termos do artigo 130 do Código de Processo Civil, cabe ao juiz da causa conduzir o processo de modo a evitar a produção de diligências desnecessárias ou inúteis a solução da lide, *in verbis*:

**“Art. 130.** *Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias.”*

Cediço, então, que cabe ao juiz, destinatário da prova colhida no curso da instrução, deliberar sobre a necessidade ou não da produção de determinada prova para formação de seu convencimento.

Sustenta-se esse mesmo entendimento nos

seguintes precedentes do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

*“RECURSO ESPECIAL - COMERCIAL - CERCEAMENTO DE DEFESA - INEXISTÊNCIA - PODER GERAL DE INSTRUÇÃO DO MAGISTRADO - FALÊNCIA - PEDIDO - SUCEDÂNEO DE AÇÃO DE COBRANÇA - AUSÊNCIA, NA ESPÉCIE - INTIMAÇÃO DO PROTESTO - REGULARIDADE - ENTENDIMENTO OBTIDO PELO EXAME DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO - ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO - RECURSO IMPROVIDO. I - O ordenamento jurídico brasileiro outorga ao Magistrado o poder geral de instrução no processo, conforme previsão expressa no artigo 130 do Código de Processo Civil. Outrossim, nos termos do art. 131 do CPC, o destinatário da prova é o Juiz, cabendo a ele analisar a necessidade da sua produção ou não. Neste compasso, cumpre ao Julgador verificar a necessidade da produção da prova requerida pelas partes, indeferindo aquelas que se mostrarem inúteis, desnecessárias ou mesmo protelatórias, rejeitando-se, por conseguinte, a tese de cerceamento de defesa. II - A constatação do Tribunal de origem que o pedido de falência justifica-se pela ausência de cumprimento de obrigação, bem como na identificação de que houve anterior ajuizamento de execução de título extrajudicial que restou frustrada, afasta a alegação de utilização do pedido falimentar como sucedâneo de ação de cobrança. III - Viável se mostra o protesto de título executivo tendo em conta que a sua finalidade é única: habilitar o credor a aviar a ação de falência da parte devedora. Todavia, para o protesto, é necessário que o credor tome providências preliminares, dentre elas, a intimação do devedor para fins de conhecimento e, conseqüentemente, defesa. Observância, in casu. IV - Não se admite recurso especial pela alínea "c" quando ausente a demonstração, pelo recorrente, das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados V - Recurso especial improvido.” (REsp 1108296/MG, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/12/2010, DJe 03/02/2011 – grifou-se).*

*“PROCESSO CIVIL. ARREMATACÃO PELO CREDOR.*

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO  
25ª Câmara

*OFERECIMENTO DE MAIS DE 50% DO VALOR DO BEM. ATUALIZAÇÃO DE LAUDO. INEXISTÊNCIA. PREÇO VIL. RECONHECIMENTO. 1. O indeferimento do pedido de produção de provas não implica violação ao direito da parte se os fatos a serem comprovados são inúteis ao deslinde da causa. 2. É possível ao credor participar do leilão de bem imóvel independentemente da concorrência de outros licitantes. Precedentes. 3. O juiz deve determinar de ofício a atualização do laudo de avaliação, quando entre sua realização e a data da alienação judicial decorrer tempo significativo. 4. É lícito ao devedor apresentar embargos à arrematação com fundamento em preço vil decorrente da falta de atualização, independentemente do questionamento da matéria antes da praça. 5. Recurso conhecido e provido.” (REsp 1006387/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/09/2010, DJe 15/09/2010 – grifou-se).*

Neste caso, não obstante, a própria autora deixou de justificar a relevância da dilação probatória pretendida, alegando apenas de forma genérica que teria o condão de demonstrar a culpa da parte contrária na causação do acidente.

Por fim, no que atine à ilegitimidade passiva do corréu **FLORENCIO**, para além de ter sido afastada oportunamente em saneador (fls. 172), tem-se como cediço restar caracterizada na proporção em que figura como titular no registro do veículo automotor envolvido no acidente e não logrou demonstrar a efetiva transmissão da propriedade sobre o bem para o corréu condutor em data anterior ao evento danoso (*declarações* - fls. 216/218), afastando a presunção relativa erigida pelo registro, com base na teoria da “responsabilidade pelo fato da coisa”.

A esse respeito, vale ainda citar o quanto preleciona Rui Stoco (*“Tratado de Responsabilidade Civil”*, Editora Revista dos Tribunais, 8ª Edição, p. 1732, *in fine*):

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO  
25ª Câmara

*“Em certos casos, porém, há uma responsabilidade indireta ou complexa, em que o indivíduo responde não pelo fato próprio, mas pelo fato de outrem ou pelo fato da coisa. [...] Em decorrência da responsabilidade pelo fato da coisa, cujo fundamento jurídico reside na guarda da coisa, firmou-se o entendimento de que o dono do veículo responde sempre pelos atos culposos de terceiros a quem o entregou, seja seu preposto ou não. Segundo forte entendimento da doutrina, a responsabilidade do proprietário do veículo não resulta de culpa alguma, direta ou indireta. Para esses doutrinadores não se exige a culpa in vigilando o in elegendo, nem qualquer relação de subordinação, mesmo porque o causador do acidente pode não ser subordinado ao proprietário do veículo, como, por exemplo o cônjuge, o filho maior. Para nós a responsabilidade do proprietário do veículo decorre do seu dever de guarda, de diligência e de cuidado, havendo presunção de sua responsabilidade. Mas esta, segundo nos parece, não é invencível – juris et de juri – impondo-se a análise do caso concreto.” (grifou-se).*

Ressalte-se que o entendimento acerca da responsabilidade objetiva por força da “teoria da responsabilidade pelo fato da coisa” em relação ao proprietário não é adotado sem alguma mitigação no sentido de relativizar essa *presunção* que é erigida em determinadas circunstâncias (e.g. veículo roubado), as quais, todavia, não se verificaram há hipótese.

No mérito, não obstante, é parcialmente procedente o recurso dos corréus.

Isso porque, em que pese restar indubitável a culpa do corréu condutor é igualmente relevante o fato de que a vítima conduzia sua bicicleta em desacordo com o disposto no artigo 58 do Código de Trânsito Brasileiro:

*“Art. 58. Nas vias urbanas e nas rurais de pista dupla, a circulação de*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO  
25ª Câmara

*bicicletas deverá ocorrer, quando não houver ciclovia, ciclofaixa, ou acostamento, ou quando não for possível a utilização destes, nos bordos da pista de rolamento, no mesmo sentido de circulação regulamentado para a via, com preferência sobre os veículos automotores.*

*Parágrafo único. A autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via poderá autorizar a circulação de bicicletas no sentido contrário ao fluxo dos veículos automotores, desde que dotado o trecho com ciclofaixa.*  
(grifou-se)

Colacionam-se decisões desta Corte em casos análogos, nos quais se reconheceu a culpa concorrente do ciclista que transita na contramão de direção e não está equipado com os itens obrigatórios de segurança:

*“Civil. Ação de indenização. Acidente de trânsito ocorrido em rodovia envolvendo um automóvel, conduzido pela apelante, e uma bicicleta, cuja vítima faleceu depois de dois meses. Sentença de parcial procedência. Pretensão à reforma. Cabimento em parte. O conjunto probatório indica que a conduta de ambos os envolvidos contribuiu para o evento danoso. Culpa concorrente evidenciada. Quantum indenizatório reduzido pela metade. Precedentes desta C. Corte. Necessária constituição de capital. Inteligência do art. 475-Q e da Súmula n. 313 do STJ. RECURSO PROVIDO EM PARTE.” (TJSP. Apelação nº 0001312-35.2010.8.26.0301, Rel. Mourão Neto, 27ª Câmara de Direito Privado, J. 18.11.2014).*

*“Acidente de trânsito. Indenização por danos morais e materiais. Improcedência decretada em 1º grau, acolhida apenas a litisdenunciação ao motorista do caminhão, rejeitada aquela ofertada em face da seguradora da ré. 1. Existindo nos autos claros indícios da imprudência com que se houve o motorista do caminhão, colhendo ciclista que, a despeito de trafegar na contramão de direção, fazia-o à luz do dia, em boas condições climáticas e em pista regular, o que possibilitaria ao condutor do pesado veículo acionar seus freios evitando o atropelamento, deve responder, ainda que incidindo em culpa*

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO  
25ª Câmara

*concorrente, pela morte da vítima, agravada sua culpa pelo excesso de velocidade que imprimia na ocasião do evento. 2. Reconhecida a culpa concorrente da vítima, transitando com sua bicicleta em contramão de direção, a indenização por danos morais, bem assim a pensão mensal reconhecida em favor de seu filho menor, devem ter sua fixação norteadas também por esse critério, estabelecida, assim, em R\$35.000,00 para cada um dos autores, além de pensão mensal equivalente a 50% do salário mínimo vigente ao tempo da liquidação, apenas para o filho menor, até quando completar a idade de 25 anos. 3. Invertido o resultado da ação, imperiosa a análise também da lide secundária, para o fim de, considerando preenchidos os requisitos do artigo 70, III, do CPC, julgá-la procedente em face da seguradora, bem assim do outro denunciado, o motorista do caminhão, isentos, ambos, da condenação em verba honorária, por não manifestarem oposição à denúncia. 4. Deram parcial provimento ao recurso, para os fins constantes do acórdão.” (TJSP, Apelação nº 0016861-15.2007.8.26.0132, Rel. Vanderci Álvares, 25ª Câmara de Direito Privado, J. 29.08.2013).*

*“RESPONSABILIDADE CIVIL - ACIDENTE DE TRÂNSITO - ATROPELAMENTO DE CICLISTA - VEÍCULO QUE AO CONVERGIR À ESQUERDA INTERCEPTOU A TRAJETÓRIA DE BICICLETA - FALTA DE EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS DO CICLISTA - RECONHECIMENTO DE CULPA CONCORRENTE - PARCELA DE CULPA DA VÍTIMA REDUZIDA - DANOS MORAIS E MATERIAIS RECONHECIDOS - PENSÃO MENSAL - VALOR DA PENSÃO MAJORADA PARA METADE DO SALÁRIO DA VÍTIMA - DANO MORAL INDENIZAÇÃO ARBITRADA EM 75 SALÁRIOS MÍNIMOS PARA CADA AUTOR (VIÚVA E DOIS FILHOS) - OBRIGAÇÃO DA RÉ EM CONSTITUIR CAPITAL PARA GARANTIR O PAGAMENTO DA PENSÃO - LIDE SECUNDÁRIA JULGADA PROCEDENTE, PARA QUE SEJA GARANTIDA A COBERTURA DO SINISTRO, NOS LIMITES DO CONTRATO. - Recurso dos autores provido em parte. - Agravo retido e Apelação da ré desprovidos.” (TJSP, Apelação nº 0011671-14.2007.8.26.0248, Rel. Edgard Rosa, 36ª Câmara de Direito Privado, J. 20.10.2011).*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO  
25ª Câmara

No mais, evidentes os reflexos negativos na vida do autor em decorrência do acidente e demonstrada sua incapacidade laboral total e permanente (“*Laudo de lesão corporal*” – fls. 29/30; “*Laudo pericial criminal*” - 31/36; “*Relatório de perícia médica*” - 178/192), os valores a título indenizatório fixados deverão, todavia, ser divididos pela metade, ante ao reconhecimento da concorrência de culpas.

Por derradeiro, em se tratando de reponsabilidade civil extracontratual, a quantia referente aos danos materiais deverá ser corrigida monetariamente segundo a Tabela Prática do Tribunal de Justiça, em observância ao disposto na Súmula 43 do Superior Tribunal de Justiça, e acrescido de juros de mora de 1% ao mês a partir do evento danoso, com fulcro no artigo 398 do Código Civil e na Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça; enquanto aquela referente aos danos morais deverá ser corrigida desde o arbitramento (Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça) e acrescida de juros de mora a partir do evento danoso, em se tratando, igualmente, de responsabilidade civil extracontratual.

Destarte, neste ponto, que correção monetária e incidência de juros de mora constituem matéria de ordem pública, portanto, *cognoscíveis de ofício a qualquer tempo*, de tal sorte que a alteração de seu marco inicial não caracteriza julgamento *extra, ultra petita* ou *reformatio in pejus*, conforme a Jurisprudência de nossa Corte Superior:

*“PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. AGRAVO REGIMENTAL RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANOS MORAIS. PUBLICAÇÃO JORNALÍSTICA. **JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. APLICAÇÃO DO VERBETE SUMULAR N.º 54/STJ. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. CONSECUTÓRIO LEGAL. REFORMATIO IN PEJUS NÃO CONFIGURADA.** REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO JULGADO. 1. Os embargos de declaração, de que trata o art 535 do*

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO  
25ª Câmara

*CPC, tem por finalidade exclusiva provocar o saneamento de omissão, contradição ou obscuridade eventualmente existentes na sentença ou acórdão, não se prestando, destarte, a mera rediscussão da matéria apreciada.* 2. *Nas ações envolvendo responsabilidade civil extracontratual, os juros moratórios fluem a partir do evento danoso (Súmula n.º 54/STJ).* 3. **Os juros de mora constituem matéria de ordem pública, de modo que sua aplicação ou alteração, bem como a modificação de seu termo inicial, de ofício, não configura reformatio in pejus quando já inaugurada a competência desta Corte Superior.** (Precedente: AgRg no Ag 1114664/RJ, Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, Quarta Turma, DJe de 15/12/2010). 4. *Embargos de declaração rejeitados*. (EDcl nos EDcl no REsp 998935/DF, Rel. Min. Vasco Della Giustina, Terceira Turma, d.j. 22.02.2011 - sublinhou-se).

**“AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES - JUROS DE MORA - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA - ALTERAÇÃO DO TERMO INICIAL DE OFÍCIO - POSSIBILIDADE - JULGAMENTO EXTRA PETITA OU REFORMATIO IN PEJUS - NÃO OCORRÊNCIA - PRECEDENTES - QUANTUM INDENIZATÓRIO - REVISÃO - IMPOSSIBILIDADE - VALOR RAZOAVELMENTE FIXADO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - REVISÃO NA VIA DO APELO NOBRE - INADMISSIBILIDADE, IN CASU - AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.”** (AgRg no REsp 1238741/SC, Rel. Min. Massami Uyeda, Terceira Turma, d.j. 26.04.2011).

Pelo exposto, dou parcial provimento aos recursos para reconhecer a concorrência de culpas, nos termos fixados, alterando, de ofício, o termo inicial e os parâmetros para a incidência dos encargos legais sobre o valor da condenação, mantendo-se, no mais, a r. sentença prolatada por seus próprios fundamentos.

**HUGO CREPALDI**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO  
25ª Câmara